

# **1 O DANO MORAL COLETIVO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Carla Danielle Cavalcanti Forte  
Karoline Sousa Alves

## **1 BREVE INTRÓITO**

No decorrer dos anos, o dano moral passou por significativas evoluções, em diferentes contextos jurídicos. Antes do Código Civil de 1916 e, mesmo durante sua vigência, tinha-se uma legislação escassa e indireta no que se refere ao dano extrapatrimonial.

Essa situação dava margem a grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais, as quais, com o advento da Constituição Federal de 1988, juntamente com diversos outros diplomas, cite-se, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Ação Civil Pública, e o Código Civil de 2002, não restaram dúvidas acerca da imprescindibilidade de se reconhecer a lesão aos interesses que estão situados fora do patrimônio do ser humano.

Ademais, aos poucos, foi-se abandonando a visão tradicional do individualismo, para agregar novos princípios em sua essência, voltados ao coletivismo, ao indivíduo enquanto ser social.

Percebe-se, ainda, que os valores sociais do trabalho enquadram-se na concepção de fundamento constitucional do Estado Democrático de Direito, devendo, como tal, ter proteção máxima. É de interesse social, portanto, que os grupos, classes ou categorias de trabalhadores tenham sua dignidade respeitada, não podendo permitir, o Direito, que condutas lesivas à interesses tão relevantes fiquem desamparadas de tutela jurídica.

## 2 O DANO MORAL COLETIVO

### 2.1 ASPECTOS GERAIS

O homem está sempre buscando satisfazer suas necessidades prementes, por meio de suas relações com os mais diversos bens da vida. Assim, a ordem jurídica busca justamente conferir proteção a certos interesses que denotam sua importância ao convívio social.

Nesse diapasão, a iniciativa de tutelar o interesse coletivo de índole moral emerge do reconhecimento e valorização de novas modalidades de interesses jurídicos de natureza transindividual, os quais se encontram difundidos nas sociedades de massa, de relações e conflitos multiplicados em dimensão coletiva, cujo tratamento tornou-se indispensável ao próprio equilíbrio e desenvolvimento social.

É certo que toda essa evolução encontra respaldo histórico, especialmente, no que tange ao processo de conquista dos Direitos Humanos no caminhar das civilizações. A primeira geração desses direitos diz respeito às liberdades públicas e aos direitos políticos, isto é, direitos civis e políticos a refletirem o valor da liberdade. Após, os Direitos Humanos de segunda geração, inspirados pelo momento histórico da Revolução Industrial européia, a partir do século XIX, em decorrência das péssimas situações e condições de trabalho, privilegiam os direitos sociais, culturais e econômicos, correspondendo aos direitos de igualdade. E, por conseguinte, os Direitos Humanos de terceira geração, marcados por profundas mudanças, na sociedade e no cenário mundial, como o florescimento de sociedades de massa, desenvolvimento tecnológico e científico. Dessa forma, novos problemas e preocupações mundiais surgem, passando o ser humano a ser inserido em uma coletividade e a ter direitos de solidariedade<sup>1</sup>.

Conforme as lições de Mauro Cappelletti<sup>2</sup> os interesses difusos representam um fenômeno típico da sociedade moderna, os quais são caracterizados pela passagem de uma economia basicamente individual, para outra economia em cujo trabalho, assistência social, comunicação, entre outros, são fenômenos “de massa”. A contestação de uma norma constitucional, por exemplo, pode interessar a milhares de pessoas; os produtos de uma indústria, com um leve defeito de produção, podem tornar um dano para muitos indivíduos, ou ainda, através do envenenamento de um rio ou um lago, por parte de um complexo industrial, um número impreciso de pessoas são potencialmente atingidas pelos danos ocasionados.

---

1 LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Método, 2007, p. 694.

2 *apud* ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 79.

## 2.2 – CONCEITUAÇÃO E PECULIARIDADES

É imperioso destacar que a teoria da responsabilidade, calcada no princípio constitucional da reparação integral, de início voltada para a composição de danos no espectro individual e privado, teve direcionamento para a proteção de bens da coletividade como um todo ou dos valores reconhecidos como relevantes por ela<sup>3</sup>.

Os valores representam os fios mais importantes na produção do tecido da coletividade, pois esta, por ser um conjunto de indivíduos, tem sua carga de valores, não atrelados às pessoas consideradas individualmente, diga-se de passagem, mas dizem respeito à comunidade como um todo, independentemente de suas partes<sup>4</sup>.

Sob essa ótica, Xisto Tiago de Medeiros Neto<sup>5</sup> aduz o seguinte:

A idéia e o reconhecimento do dano moral coletivo (*lato sensu*), bem como a necessidade de sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema da responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restrito ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a toda modificação desvaliosa do espírito coletivo, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade, e que refletem o alcance da dignidade dos seus membros.

Na mesma linha de raciocínio, coloca André de Carvalho Ramos<sup>6</sup>, que o tratamento transindividual dos interesses coletivos e difusos origina-se da importância destes interesses e da necessidade de uma proteção jurídica realmente efetiva. Infere-se, então, que essa relevância reforça, ainda mais, a necessidade de reconhecimento e aceitação do dano moral coletivo, tendo em vista que a dor psíquica – sustentáculo da teoria do dano moral individual – acaba cedendo espaço, no caso do dano moral coletivo, a um sentimento de desprezo e de perda de valores essenciais que afetam negativamente toda uma coletividade.

Carlos Alberto Bittar Filho<sup>7</sup>, com destreza, leciona que o dano moral coletivo seria a lesão injusta da esfera moral de uma determinada coletividade, em outras palavras, a violação contrária ao ordenamento jurídico de certo círculo de valores coletivos. Considera-se, pois, que o patrimônio valorativo de uma dada comunidade, seja ela maior ou menor, idealmente considerada, foi

3 MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004, p. 132..

4 BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. In **Revista do Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1994. N° 12. Out/dez, p. 50.

5 *apud* SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Método, 2006, p. 727.

6 RAMOS, André de Carvalho. A ação civil pública e o dano moral coletivo. In **Revista de direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1998. N° 25. Jan/mar, p. 82.

7 *apud* MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004, p. 137.

lesionado de maneira plenamente injustificável, e, em última análise, feriu a própria cultura em seu aspecto imaterial.

Ao abordar a questão da titularidade de interesses materiais e morais da coletividade, Gabriel A. Stiglitz<sup>8</sup> expõe o pensamento de que a caracterização do indivíduo lesionado já não é mais da pessoa física individual, mas de um grupo ou categoria que, por uma mesma causa global, se vê ferido em direitos ou interesses de significação vital, sendo tutelados de maneira especial pela Constituição e pela lei.

Nessa esteira, têm-se como elementos caracterizadores do dano moral coletivo: a conduta antijurídica do agente, que pode ser uma pessoa física ou jurídica; lesão a valores imateriais primordiais, identificados no caso concreto, detectados e, inequivocamente, compartilhados por uma porção coletiva; a certeza do dano injusto e sua real significância, ou seja, de modo a afetar valores e interesses coletivos fundamentais e o nexo causal entre aquela conduta antijurídica do agente e a ofensa repudiada.

A visão mais atual que se tem sobre dano moral coletivo é aquela que se utiliza do parâmetro objetivo para a sua configuração. Leonardo Roscae Bessa<sup>9</sup>, em posição moderna e abalizada sobre essa questão, coloca que a compreensão do dano moral coletivo não depende da idéia de demonstração de elementos como perturbação, aflição, transtorno ou “modificação desvaliosa” do espírito coletivo, pois se deve aferir objetivamente, por meio da violação injusta de direitos difusos e coletivos, cuja essência é basicamente extrapatrimonial, e que, ao ser inadmitida em um sistema de justiça social característico do regime democrático, rendeu ensejo à previsão, no ordenamento jurídico, dos meios necessários a proporcionar uma reparação adequada e inibição de novas condutas, pela relevância social da proteção desses direitos transindividuais.

Tanto é assim que o próprio TST<sup>10</sup>, na primeira decisão que enfrentou o tema, acolheu o pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho, através da ação civil pública, no tocante à reparação por dano moral coletivo, configurado pela lesão à coletividade e a necessidade de sua efetiva reparação, no caso de uma empresa que havia instrumentalizado a Justiça do Trabalho com fins de obter vantagens ilícitas (lide simulada). É o que se extrai do trecho da decisão, *in verbis*:

“[...] Tal cominação não impede que o dano moral coletivo infligido em face da prática lesiva, homologação de acordos trabalhistas, utilizando-se do aparato judiciário com fim fraudulento, seja reparado, com multa a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, pelos danos decorrentes da conduta da empresa. Recurso de Revista conhecido e provido

8 *apud* MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004, 134.

9 BESSA, Leonardo Roscoe. Dano moral coletivo. In **Revista de direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006. N° 59. Jul/set, p. 78-108.

10 **Tribunal Superior do Trabalho**. RR n° 1156/2004-004-03-00. Decisão da 6ª Turma. Rel. Aloysio Correia da Veiga. Julgamento em 04 outubro 2006.

para restabelecer a r. sentença que condenou a empresa a pagar o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de indenização a ser Revertida ao FAT.”

## 2.3 – INTERESSES OU DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS (STRICTO SENSU) E INDIVIDUAIS HOMOGÊNIOS

Em nosso país, a definição dos direitos coletivos, considerados em sua acepção ampla, ganhou respaldo legal no Código de Defesa do Consumidor, que conceituou essas categorias, levando em conta suas características básicas, a fim de se evitar qualquer obstáculo por parte da doutrina e jurisprudência, facilitando, *in concretum*, a devida proteção dos direitos transindividuais.

O art. 81, parágrafo único, I, do CDC, conceitua os interesses ou direitos difusos, como sendo os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Discorre, com precisão, Ada Pellegrini Grinover<sup>11</sup>, que os interesses difusos compreendem aqueles que não encontram respaldo em uma relação jurídica-base, mas a fatores conjunturais ou extremamente genéricos, a dados de fato freqüentemente acidentais e imutáveis, como habitar a mesma região, consumir o mesmo produto, viver sob determinadas condições socioeconômicas ou culturais e etc.

Com efeito, podem-se destacar alguns pontos que particularizam os interesses difusos dos demais<sup>12</sup>. Primeiramente, em relação à titularidade, é possível observar a indeterminação dos sujeitos, que são ligados por circunstâncias de fato, não sendo possível aferir os destinatários dos direitos, pois estes estão difundidos na sociedade ou em certa coletividade. Há também a indivisibilidade do objeto, em virtude de, pela sua natureza, serem insuscetíveis de repartição em quinhões ou quotas entre pessoas ou grupos. Além disso, possuem uma potencial e larga conflituosidade, pelo fato desses interesses e direitos serem desagregados, sem um elo jurídico que ligue os indivíduos, enfrentando, em regra, resistência de outros interesses, a exemplo do interesse pela preservação da saúde de todos que conflita com interesse da indústria de fumo, o interesse difuso na proteção de uma grande floresta que conflita com os interesses da indústria madeireira e etc. E, como última característica, a ausência de vínculo associativo entre os titulares do direito, nem qualquer tipo de liame jurídico, ocorrendo apenas uma identificação circunstancial e efêmera.

Os interesses e direitos coletivos (*stricto sensu*), de acordo com o que preceitua o art. 81,

11 *apud* MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004, p. 119.

12 SARAIVA, Renato. **Processo do trabalho**: série concursos públicos. São Paulo: Método, 2006, p. 419.

parágrafo único, II, são “os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com parte contrária por uma relação jurídica base”.

São interesses que se agremiam por força de um elo jurídico que venha a uni-los ou devido a sua reunião em torno de uma organização (ente representativo), como se visualiza com os sindicatos e associações. Esse fenômeno se verifica em decorrência da sociedade, que tende, diariamente, a aglutinar-se para favorecer interesses comuns e identidade de objetivos.

Como características marcantes dos interesses e direitos coletivos em sentido estrito, tem-se a transindividualidade, já que ultrapassa a esfera individual; a dificuldade de identificar os indivíduos titulares, só sendo possível determinar o grupo, categoria ou classe; a existência do vínculo associativo, formando uma relação jurídica base – fator determinante na diferenciação básica entre os direitos difusos, em que não há vínculo jurídico algum – e a indivisibilidade do objeto, porquanto não pode ser fracionado entre os indivíduos integrantes do grupo.

Por outro lado, os interesses individuais homogêneos são definidos como os decorrentes de origem comum (art. 81, parágrafo único, III). Na verdade, eles representam um acervo de interesses com causa comum, cujos titulares são perfeitamente identificáveis. Logo, trata-se de interesses individuais, mas que são tutelados de forma coletiva.

Outrossim, o objeto é divisível entre os sujeitos, porém não há relação jurídica base entre os indivíduos, porque a sua ligação é decorrente apenas da origem idêntica. É tanto que, no final da demanda, haverá uma condenação genérica, pelo fato da tutela ser coletiva, mas as pessoas interessadas deverão provar o seu direito, habilitando-se no processo para eventual indenização.

## 2.4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Mesmo anteriormente à Constituição Federal de 1988, poder-se-ia contar com um instrumento legal infraconstitucional, para a tutela do dano moral coletivo, ainda que pré-matura. Este recurso era a Lei de Ação Popular, que previu a valorização dos bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico e turístico – correspondentes ao patrimônio público – como também, a decretação de invalidade do ato lesivo e à condenação dos responsáveis em perdas e danos (em sentido genérico).

Entretanto, não obstante tratar-se de um interesse difuso, em que se estaria protegendo o patrimônio público, com o mecanismo da reparação dos danos morais e materiais sofridos pela coletividade, na prática, o dano moral coletivo era visto com restrições, perante o ordenamento

constitucional pretérito.

A Lei de Ação Civil Pública, na época em que foi editada, 1985, era limitada à lesão dirigida ao consumidor, ao meio ambiente e ao patrimônio cultural.

Com o advento da Carta Magna de 1988, o dano moral coletivo ganhou proteção explícita, diante de vários preceitos. Primeiramente, o capítulo referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos consagra, nos seus incisos V e X, o princípio basilar da reparação integral.

Da mesma forma, ao longo de seu corpo, ampara interesses transindividuais: os direitos sociais à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, à previdência social, entre outros; e o direito à cultura, à comunicação social e ao meio ambiente.

Não satisfeito, ainda garantiu ações com o intuito de frear qualquer conduta lesiva à sociedade, através da Ação Popular, que teve seu objeto ampliado; Mandato de Segurança Coletivo e Ação Civil Pública, tendo esta sua tutela estendida a quaisquer interesses difusos e coletivos.

Logo após, em 1990, o surgimento do Código de Defesa do Consumidor – CDC – consolidou, incontrovertidamente, a fundamentação infraconstitucional para a proteção do dano moral coletivo. Começou-se, então, a encorpar um real sistema de tutela coletiva, isto é, os interesses da sociedade considerada nessa dimensão, são passíveis de amparo por meio do sistema processual apto a esse objetivo, definidor de uma jurisdição civil coletiva, orientada pela integração da Constituição (art. 5º, XXXV e LV, e art. 129, III e §1º), da Lei de Ação Civil Pública e da parte processual do Código de Defesa do Consumidor (arts. 90 e 117).

Há de não se olvidar, que o parágrafo único do artigo 2º do CDC, equiparando o consumidor à “coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis”, recebeu a condição, como ente despersonalizado, de titular de direitos, da mesma forma que o consumidor, particularmente, considerado. Na mesma direção, seu art. 6º, ao estabelecer os direitos do consumidor, menciona em redação translúcida, o resguardo e reparação a danos morais coletivos, tendo, ainda, seu art. 110 acrescentado o inciso IV ao art. 1º da Lei de Ação Civil Pública, estendendo a sua utilização a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Finalmente, em 1994, a Lei nº 8.884/94, Lei Antitruste, trouxe contribuições bastante relevantes para o amparo dos direitos e interesses coletivos. Em primeiro lugar, incluiu no caput do art. 1º, as expressões “danos morais” e “patrimoniais”, eliminando qualquer discussão que porventura ainda tivesse na jurisprudência e doutrina. Acrescentou também o inciso V ao mencionado art. 1º da LACP: “por infração da ordem econômica”. E, ainda, trouxe outro dispositivo de fundamental importância em sede de dano moral coletivo, o qual preceitua que a coletividade é a titular dos bens jurídico protegidos pela Lei de Ação Civil Pública.

## 2.5 REPARAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO

Reitere-se que, no dano moral coletivo a responsabilidade do ofendido advém do próprio fato da violação, não se cogitando da análise do traço subjetivo do lesante ou da prova do prejuízo moral. Isso acontece devido a algumas considerações básicas: os efeitos dos danos causados são diretamente aferidos da sua ocorrência; pelo fato dos interesses transindividuais de índole moral estarem diluídos por determinadas coletividades, não sendo possível determinar os indivíduos, na maior parte dos casos; e pela natural dificuldade de uma mensuração exata de sua profundidade e extensão e a indispensabilidade da sua reparação para o equilíbrio social<sup>13</sup>.

Cumprе registrar que é de suma importância para a sociedade a reparação do dano moral que afeta seus interesses transindividuais, tendo em vista que a sua ausência acarretaria num estado de indignação e completo descaso, para com o sistema jurídico, por parte da sociedade. Além disso, é essencial ter em mente que, os danos causados a interesses indivisíveis não empolga, na maioria das vezes, uma atitude individualizada, no sentido de buscar a tutela e reparação dos danos sofridos aos interesses metaindividuais.

O desvalor que atinge a população precisa ser combatido através da reparação do dano, para que os sistemas jurídico-processuais não se tornem um descaso, frente à inércia do Poder Público.

Sempre haverá um responsável, cuja conduta de teor odioso deverá ser, indubitavelmente, punida por um meio eficiente, que rechace qualquer eventual reincidência no erro.

No tocante à natureza jurídica, a reparação do dano moral é dotada do caráter sancionatório e compensatório. No entanto, verifica-se que, na reparação do dano moral coletivo, tende-se a destacar mais a natureza sancionatória do que a satisfatória, diante das peculiaridades e características da lesão e de seus efeitos.

Com exatidão, consigna José Augusto Garcia<sup>14</sup>, que, ultimamente, não há como se negar uma função também punitiva para as condenações relativas a danos morais. Pode-se falar, com mais propriedade, em uma função preventivo-pedagógica para os danos morais, a qual demonstra ter profunda ligação com a temática da coletivização jurídica. Realmente, em conflitos meramente intersubjetivos, a mencionada função preventivo-pedagógica pouco tem a se destacar, fundamentalmente, por se tratar, em regra, de lides eventuais, não habituais. Entretanto, em outro prisma, tudo muda de figura quando se está defronte a conflitos carregados de dimensão coletiva.

De outro modo, quanto ao caráter compensatório, é dever lembrar que o valor da reparação

---

13 Op. cit., p. 152, nota 3.

14 *apud* MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004, p. 169.



não será revertido diretamente à vítima do dano, no caso dos interesses difusos e coletivos, pois, como já analisado, cuida-se de sujeitos indeterminados dentro da sociedade ou de certa coletividade. Em vista disso, a indenização será destinada a um fundo, que terá por objeto a “reconstituição dos bens lesados”, conforme prescreve o art. 13 da Lei de Ação Civil Pública.

Outrossim, com relação à forma de reparação do dano moral de caráter coletivo, admite-se a possibilidade de reparação *in natura* e através de prestação pecuniária. Quanto ao primeiro caso, apenas em acontecimentos escassos é que tal solução se fará viável, como, a título de exemplificação, é possível vislumbrar em algumas situações na seara do Direito do Consumidor, em que se impõe a retratação pública, com o reconhecimento da conduta pelo ofensor ao apresentar o seu arrependimento.

Por outro lado, a forma de reparação de maior ocorrência, em sede de dano moral coletivo, dá-se através da condenação em parcela pecuniária. E, para a quantificação do valor reparatório, de acordo com os ensinamentos de André de Carvalho Ramos<sup>15</sup>, deverá ser levado em consideração a natureza, a extensão, a gravidade e a repercussão da ofensa, a situação econômica do ofensor, o grau de culpa presente em sua conduta e a intensidade do efeito negativo do dano repercutido na sociedade, alertando, não apenas o causador do dano, mas a todos os outros ofensores em potenciais, que tais ações são rechaçadas pelo Direito.

Deve, assim, o valor ser arbitrado pelo juiz, valendo-se do bom senso e da proporcionalidade, em cada caso concreto, a fim de que seja uma quantia suficiente para cumprir o seu papel de desestimular novas condutas ilícitas e compensar a sociedade pelos danos causados.

Para tal desiderato, pois, a Lei de Ação Civil Pública instituiu o hoje denominado Fundo de Defesa de Direitos Difusos, para onde serão destinadas as indenizações nas condenações em ação coletiva. A regulamentação desse Fundo encontra-se, atualmente, efetivada pelo Decreto Federal nº 1.306, de 09 de novembro de 2004 e pela Lei nº 9.008 de 21 de março de 1995, que, segundo o seu art. 1º, §3º, os recursos arrecadados serão utilizados na recuperação de bens, na promoção de eventos científicos e educativos, e ainda na edição de materiais informativos, especificamente relacionados com a natureza da infração ou do dano causado, assim como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relativas às áreas mencionadas.

Além do Fundo supracitado, existem outros correspondentes a áreas específicas, como é o caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e o que diz respeito à criança e ao adolescente, tendo em vista o que preconiza o art. 214 da Lei nº

---

15 RAMOS, André de Carvalho. A ação civil pública e o dano moral coletivo. In **Revista de direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1998. Nº 25. Jan/mar, p. 85.

8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que é regra posterior e especial em relação à LACP, devendo-se destinar o valor da condenação ao competente Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado no âmbito municipal, ou, na falta deste, estadual ou federal.

Por último, é mister atentar que, quanto aos direitos individuais homogêneos, observa Luiz Paulo da Silva Araújo Filho<sup>16</sup>, que na sentença coletiva a condenação será genérica, sem examinar, em concreto, a situação particular dos titulares dos interesses em questão, cabendo, na fase de liquidação de sentença, o autor provar que faz jus ao direito reconhecido pela sentença coletiva, para assim buscar o *quantum debeatur*. Não o fazendo, diga-se, decorrido o prazo de um ano, sem que seja promovida a liquidação e conseqüente execução pelos destinatários da condenação, os entes legitimados – o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, as entidades e órgãos da administração pública e as associações privadas legitimadas – poderão fazê-lo. Hipótese em que, não havendo beneficiários da parcela indenizatória, esta reverterá diretamente para o fundo devido (art. 100, do Código de Defesa do Consumidor).

## 2.6 HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA NA ESFERA TRABALHISTA

Imperioso se faz vislumbrar as hipóteses de incidência do dano moral coletivo, haja vista ser o ambiente laboral um campo extremamente propício a sua configuração.

De fato, o meio trabalhista, configura um campo extremamente fecundo à eclosão do dano moral, a partir de situações constrangedoras, atentatórias à dignidade humana, à honra e valores de uma categoria coletivizada, que vêm-se lesadas extrapatrimonialmente, em virtude de ofensas morais.

Em verdade, avulta na nova realidade social, sociedade de massa, inclusive no que tange à complexa relação entre capital, empregador e empregado, um sem-número de casos nos quais interesses e direitos transindividuais de ordem moral, são constantemente violados, merecendo pronta reparação.

Com efeito, no Direito do Trabalho, não são raras as possibilidades de configuração do dano moral coletivo, como, a título de exemplo, a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo.

Jamais se poderia negar a caracterização do dano moral coletivo, no caso em apreço, ante a intolerável e nefasta ofensa social que se afigura no fato de, em tempos hodiernos, empregadores atrozmente obrigarem pessoas, a trabalhar, em condições sub-humanas, sem qualquer atenção às

---

16 *apud* MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004, 179.

conquistas trabalhistas até hoje perpetradas, em manifesta afronta à própria dignidade humana.

Resta clarividente que os valores sociais, a decência, a reputação, os princípios e, por que não dizer, a honra do brasileiro, remanescem infeccionadas por esse mal que subjuga o homem à condição servil, em detrimento das conquistas humanas e humanitárias do mundo civilizado.

Todavia, não se esgotam aí os casos que ilustram, na seara laboral, o dano moral coletivo, tendo e vista o ferimento aos direitos e valores sociais, tais quais o trabalho infantil, a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, a discriminação de qualquer natureza, entre elas, a por orientação sexual, de cor, de raça, de sexo, por deficiência física, sem contar os danos ao próprio meio ambiente do trabalho, enfim.

Patente se afigura o dever do empregador de reparar as lesões empreendidas contra, não apenas o indivíduo isoladamente considerado, mas o próprio psiquismo social, em torno dos valores construídos pela coletividade no atravessar do tempo e das evoluções culturais e sociais.

Discriminar um empregado, em seu ambiente de trabalho, em razão de uma orientação sexual, ou de deficiência física, por exemplo, atinge a esfera moral de uma dada coletividade de indivíduos, causando-lhes sentimentos de repúdio, vergonha, insatisfação, ou qualquer outro sofrimento psíquico de natureza negativa, atingindo a comunidade como um todo, independentemente de suas partes.

Não nos olvidemos das hipóteses de revista íntima, ou, até mesmo da filmagem de trabalhadores sem sua ciência, também entendida como agressão ao grupo, prática que atinge negativamente o sentimento coletivo, violação imaterial a parte da categoria.

Nessa esteira, pacífico é o entendimento dos tribunais pátrios, que acolhem a tese da configuração do dano moral coletivo na esfera trabalhista, reparável pela via da Ação Civil Pública. Vejamos:

Ação civil pública. Indenização por dano à coletividade. Para que o Poder Judiciário se justifique, diante da necessidade social de justiça célere e eficaz, é imprescindível que os próprios juízes sejam capazes de crescer, erguendo-se dessas novas e prementes aspirações, que saibam, portanto, tornar-se eles mesmos protetores dos novos direitos difusos, coletivos e fragmentados, tão característicos e importantes da nossa civilização de massa, além dos tradicionais direitos individuais (Mauro Capelletti). Importa no dever de indenizar por dano causado à coletividade, o empregador que submete trabalhadores à condição degradante de escravo. (TRT da 8ª Região; Processo RO n. 861/2003, Ac. 276/2002, 1ª Turma, Relator Juíza Maria Valquíria Norat Coelho, DJRO de 03.042003)

Isto posto, resta evidente a diversidade de hipóteses do dano moral coletivo no âmbito laboral, tendo em vista a própria riqueza de espécies de relações de trabalho, empreendidas pelo empregador, face à hipossuficiência do empregado, sendo este inúmeras vezes sujeitado a práticas

laborais funestas, que abalam o sentimento de dignidade e consideração, com reflexos na coletividade, e causando enormes prejuízos à sociedade.

### 3 O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Inicialmente, cumpre destacar que a seara trabalhista tem sido considerada campo fértil para a defesa coletivizada de interesses transindividuais que se espraiam por sobre a coletividade de trabalhadores lesionados.

Com efeito, o instrumento da Ação Civil Pública trabalhista é o meio mais adequado à tutela dos direitos e interesses difusos e coletivos dos trabalhadores, mormente em tempos atuais, com a explosão de conflitos no âmbito da relação entre capital e trabalho, assim como a afirmação de novos direitos sociais.

Nesse diapasão, a Ação Civil Pública permeada pela teleologia do amparo a direitos e interesses metaindividuais, bens do povo, em face de ameaças e lesões, exsurge como meio para resguardar interesses de outra monta, pulverizados na sociedade moderna, qual seja, o dano moral de natureza coletiva.

Já sabemos que a noção de dano da qual comungamos, e sua contraposta idéia de responsabilidade, evoluíram para uma concepção, sobretudo, mais protetiva em face do trabalhador, abraçando interesses extrapatrimoniais, de ordem moral, compreendendo, neste aspecto, os eventos de ordem coletiva, dos quais restam prejuízos morais para um grupo ou coletividade de trabalhadores.

Ressalte-se que o Ministério Público do Trabalho, no exercício da tutela coletiva dos trabalhadores, de proteção aos interesses primários da sociedade, que, na maioria das vezes, não podem ser tutelados individualmente, é o próprio legitimado a propor a Ação Civil Pública, com vistas à reparação dos danos sofridos.

Na atual Constituição da República Federativa, art. 127, *caput*, o Ministério Público está definido como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**” [grifo nosso].

No mesmo diploma, temos a redação do art. 129, cabendo-lhe, no tocante às ações coletivas, “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de **outros interesses difusos e coletivos**” [grifo nosso].

Cabe, assim, ao Ministério Público do Trabalho, no exercício de suas funções

institucionais, segundo inteligência da própria Lei Complementar n.º 75/93, promover a Ação Civil Pública, no âmbito da Justiça do Trabalho, para resguardar interesses e direitos transindividuais, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, entre os quais se insere a integridade moral de toda a coletividade.

Diante dessa regulamentação normativa, remanesce a competência do *Parquet* no âmbito da Justiça do Trabalho para resguardar os direitos difusos e coletivos assegurados constitucionalmente, tutelando, por conseguinte, o próprio ordenamento jurídico que os asseguram, além dos direitos dos trabalhadores que ainda estão por vir, dos ausentes, dos minoritários, enfim.

De fato, tal legitimidade se afigura como flagrante decorrência de suas funções institucionais, cabendo-lhe, no universo das relações trabalhistas, resguardar os interesses dos trabalhadores, inclusive, imateriais de natureza coletiva, contra arbítrios e truculências praticadas pelos empregadores contra a própria honra e incolumidade moral dos empregados, sob aspecto coletivizado.

Resta, pois, patente que uma vez caracterizado o dano moral coletivo, necessária se faz a atuação imediata do Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Ação Civil Pública, instrumento ideologicamente adequado para reparação de danos metaindividuais, incluindo-se, os de natureza coletiva.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos, ao final deste breve trabalho, asseverar, uma vez mais, a salutar importância da atuação ministerial do trabalho, na defesa e proteção dos interesses e direitos difusos, sobretudo em virtude da manifesta hipossuficiência do empregado na relação trabalhista.

Não nos esqueçamos, todavia, da recente noção de dano moral coletivo, já respaldada constitucional e infraconstitucionalmente, como consequência de uma sociedade cada vez mais massificada, cujas relações e conflitos alçam dimensões coletivas, sempre carecedores de tutela pelo órgão incumbido da defesa metaindividual.

Com efeito, faz-se mister reiterar que, como típico fenômeno da sociedade contemporânea, reveladores da passagem de um modelo de produção tipicamente individual para outra economia, cujo trabalho, assistência social, entre outros, são fenômenos massificados, os direitos coletivos assomam verdadeira tendência moderna, carecedores de pronta tutela.

Jamais poderá haver justiça social, se não forem resguardados interesses e direitos identificados por uma coletividade, preservando-se o patrimônio valorativo da própria sociedade.

Desta feita, qualquer dano que se afigure atentatório à moral, aos sentimentos, valores de um conjunto de indivíduos, impõe sua imediata e correspondente reparação, titularizada pelo Ministério Público do Trabalho, por sua própria teleologia institucional, de proteção aos direitos da coletividade, em consonância com a lei.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BESSA, Leonardo Roscoe. Dano moral coletivo. In **Revista de direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006. N° 59. Jul/set.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. In **Revista do Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1994. N° 12. Out/dez.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 2002. ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum acadêmico de direito**. São Paulo: Rideel, 2007. 4 ed.

\_\_\_\_\_. Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm)>. Acesso em: 01 setembro 2007.

\_\_\_\_\_. Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990. ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum acadêmico de direito**. São Paulo: Rideel, 2007. 4 ed.

\_\_\_\_\_. Lei n° 9.008, de 21 de março de 1995.

\_\_\_\_\_. Lei n° 10.046, de 11 de janeiro de 2002. ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum acadêmico de direito**. São Paulo: Rideel, 2007. 4 ed.

\_\_\_\_\_. **Tribunal Superior do Trabalho**. RR n° 1156/2004-004-03-00. Decisão da 6ª Turma. Rel. Aloysio Correia da Veiga. Julgamento em 04 outubro 2006.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Método, 2007. 11 ed.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTR, 2004.

RAMOS, André de Carvalho. A ação civil pública e o dano moral coletivo. In **Revista de direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1998. N° 25. Jan/mar.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Método, 2006.

\_\_\_\_\_. **Processo do trabalho: série concursos públicos**. São Paulo: Método, 2006. 2 ed.